

DIREITO E LITERATURA : JORGE LUIZ BORGES E O DIREITO

*LAW AND LITERATURE:
JORGE LUIZ BORGES
AND THE LAW*

George Browne

Coordenador do Programa de Pós-
graduação em Direito da Faculdade
Damas

Resumo

O objeto desta investigação é explorar as porventura existentes entre a literatura e o Direito, através da produção literária de Jorge Luiz Borges. Para tanto, faz-se uma incursão na metodologia do pragmatismo, realizando-se, assim, uma análise comparativa entre Borges, Holmes e Spencer.

Palavras-Chave

Borges. Literatura. Tempo. Spencer. Holmes.

Abstract

The object of this research is to explore that may exist links between literature and law, through the literature of Jorge Luis Borges. For this purpose, it is an incursion into the pragmatism methodology, performing thus a comparative analysis between Borges, Holmes and Spencer.

Keywords

Borges. Literature. Time. Spencer. Holmes.

Franz Kafka relata nos seus Diários suas experiências como estudante de direito; ali ele afirma que aprender direito é como tentar se alimentar de pó de serra. Isso porque, para ele o direito é uma máquina trituradora. Enquanto o formalismo do Direito cansa, limita, encapsula, a Literatura, por seu turno, é algo prazeroso, criativo, livre, enfim; sua capacidade de ampliar o conhecimento e enriquecer as nossas experiências é inesgotável. Por isso, perguntar-se-ia, porque não tornar a literatura um precioso nutriente para o enriquecimento cultural, especialmente dos advogados, juízes, agentes do Ministério Público e também – porque não dizer - para todos os que se dedicam às diferentes esferas do conhecimento humano?

Mas como extrair da obra de Borges – o maior dos poetas argentinos e talvez de toda a América espanhola -

ilações jurídicas, se ,ele mesmo invocando Shelley, já afirmara ser a imaginação a *raison-d'etre* de toda a obra literária? Como então, diante disso,, relacionar esse subjetivismo povoado de sonhos, fantasias e estoicas resignações com os raciocínios puramente lógicos que impregnam o direito de pura racionalidade?

Assim, enquanto Hart, só para exemplificar, coloca o conceito de Direito dentro dos limites de um conjunto de normas primárias e secundárias, reguladas por uma regra de reconhecimento que lhe impõe um discurso lógico-analítico, hermético, subsumido numa visão racional e descritiva, que desconsidera a própria natureza histórica dos fenômenos jurídicos, Borges, ao revés, em sendo um poeta, cultiva o onírico para tecer o seu mundo da vida com um interminável manto, cujo bordado resulta numa complexa simbiose que abriga simultânea e harmonicamente, experiências do cotidiano, cultura, arte, inteligência, valores, poesia, enfim!

Como ele mesmo se expressou numa conferência em Harvard:

"Encontrei prazer em muitas coisas: nadar, escrever, contemplar um amanhecer ou um entardecer, estar apaixonado. Mas o fato central da minha vida foi a existência das palavras e a possibilidade de entrelaçar e trans-formar essas palavras em poesia."(Ordóñez, 2008, p.97/8)

Portanto, não se pretenda de um só golpe retirar da literatura borgeana, seqüências e consequências jurídicas, previamente calculadas, estereótipos de condutas, formal e antecipadamente estabelecidas. O Direito - visto estritamente sob o enfoque de um sistema normativo-formal, ou seja, numa visão estritamente positivista - nada tem a ver com a arte e com a literatura, mercê, nomeadamente, da rigidez do aparato lógico metodológico que

instrumentaliza os seus procedimentos.

Certamente, a mudança nos paradigmas metodológicos que dão sustentação a essas duas formas de interpretar o mundo se deve fundamentalmente ao modo como, em cada uma das hipóteses analisadas, se concebe a percepção do real. A realidade, para Borges, não se assemelha e até mesmo se contrapõe à realidade delineada sob as lentes do jurista convencional. Borges, na sua faina de literato amplia e enriquece a compreensão do real, travestindo-o em imaginação, em fantasia, em sonho. Para ele:

"O que chamamos realidade vem a ser um conjunto de percepções, de emoções de encontros, de pensamentos, de sonhos e de distrações, de surpresas, essa é a realidade."(Ordóñez, 2008, p.109)

Nesse sentido, da para perceber o desafio com que

ora nos defrontamos. E já que estamos no plano da literatura, onde o limite da imaginação é a liberdade plena, o tema que o Professor Marcílio Toscano, Organizador deste Seminário sugere, evoca-me, figurativamente, algo que, numa certa medida, se assemelha a audácia de Ulisses quando, do seu retorno à Ítaca. Na epopeia, o herói grego decide, astutamente, escutar o fascinante, mas fatal, canto das sereias, colocando cera aos ouvidos dos seus companheiros e deixando-se amarrar ao mastro da sua nau. Será que, alegoricamente, os nossos esforços irão nos permitir navegar a vastidão oceânica do sonho borgeano, escutando a sua fascinante linguagem, sem que soçobremos?

Até aqui tenho insistido no uso do conceito de imaginação. Isso porque, tal conceito é um dos principais fios condutores que irá nos introduzir ao longo desse labirinto, em busca de alguma saída que nos leve ao desiderato aqui proposto.

Uso, outrossim, nesta oportunidade, adrede e paralelamente, o termo: "labirinto" pois ele é também essencial ao entendimento borgeano da capacidade de imaginar. Sua substancial densidade o torna uma das palavras-chave imprescindíveis à compreensão do sentido do termo imaginação no seu universo linguístico; sobre ele, portanto, será oportuno fazer, preliminarmente, algumas breves considerações.

O labirinto é, na obra de Borges, parte estrutural do seu próprio relato. É ali mesmo onde a imaginação do autor se perde no emaranhado das argumentações, nas contradições temporais que embaralham os eventos, ora os entrelaçando, ora os esgarçando, ora os rompendo, tornando tudo fragmentário, sem que, sequer, haja um novelo de Ariadne que o oriente. É como se o artista estivesse solitário, perdido num verdadeiro labirinto.

Em um dos encontros com Solange Ordóñez, Borges havia assinalado que

no seu conto "A Biblioteca de Babel" coexistem duas ideias incompatíveis entre si: de um lado, mesmo em se partindo de um número limitado de elementos, reconhecer a potencialidade do artista de uma variação imaginativa praticamente infinita; do outro, por trás dessa ideia abstrata, move-se um sentimento de impotência, devido ao fato do sentir-se estar perdido no universo, do não poder compreendê-lo, o que suscita uma desesperada e frustrante busca por uma solução precisa, associada ao sentimento de uma irremediável ignorância face tal contradição. Para caracterizar nitidamente essa reflexão, Solange se serve das palavras do próprio Borges:

"Nesse conto, e espero que em todos os meus contos, há uma parte intelectual e outra – mais importante creio eu – o sentimento da solidão, da angústia, da inutilidade, do caráter misterioso do universo, do tempo e

o que é mais importante, de nós mesmos, para dizer sem rodeios: de mim mesmo."(Ordóñez, 2008 p.79)

Ainda, em torno desse mesmo conto, ressalte-se outro aspecto, não menos importante: o poder que a Biblioteca e o Livro exerceram e marcaram pereneamente o universo psicológico e intelectual de Borges.

O hexagonal das prateleiras que ele não se cansa de exaltar, o que o leva a afirmar que a Biblioteca "existe *ad aeterno*" e que sua disposição – "é algo divino." Em sucessivo, e através de uma belíssima alegoria, Borges refere-se àquilo que visceralmente a integra e dá feição à sua magia, à sua divindade: o livro. Continente e o conteúdo aqui se fundem para formar um mesmo ser; o livro pela sua simetria torna-se, assim, o ornamento da sua perfeição:

"Para perceber a distância que há entre o divino e o humano,

basta comparar esses rudes símbolos trêmulos que a minha falível mão garatuja na capa de um livro, com as letras orgânicas do interior: pontuais, delicadas, negríssimas, inimitavelmente simétricas. (...) e prossegue: "Não me parece inverossímil que em alguma prateleira do universo haja um livro total; rogo aos deuses ignorados que um homem, - um só, ainda que seja a mil anos - o tenha examinado e lido. Se a honra, a sabedoria e a felicidade não estão para mim, que sejam para outros. Se o céu existe, mesmo que o meu lugar seja o inferno. Que eu seja ultrajado e aniquilado, mas que num instante meu ser, Tua enorme Biblioteca se justifique." (Borges, "Ficções", 1999, pp.2/4)

Permita-se, agora, tecer ainda mais algumas considerações sobre o conceito de imaginação, na tentativa de, na medida do possível, ampliar o seu significado na obra de Jorge Luiz Borges.

Inicialmente, uma distinção seria pertinente para uma mais precisa elucidação daquele conceito. Trata-se de um recurso metodológico que distingue dois diferentes tipos de saber o que ajudaria à localização do território epistemológico o qual o conceito de imaginação ocupa no pensamento de Borges.

Se, ao enfocarmos um determinado objeto nos ativermos exclusivamente a circunscrevê-lo aos limites de uma análise *sincrônica* o olhar seria apenas voltado à sua dimensão intrínseca. E, dessa forma, preocupado com a investigação da sua estrutura básica, na busca por explicar a sua constituição. Por outro lado, se a nossa análise seguisse um curso *diacrônico*, então teria de se levar em conta a ordem e sucessão cronológica em que está mergulhado, o que pressupõe

mudanças, oscilações, ângulos diversos de visualização, transformações e rupturas, num, permanente *continuum* de intercorrências, interações e conflitos. Em outras palavras, sua natureza tornar-se-ia mutável e sua existência fluiria ao sabor do "tempo".

O tempo é, igualmente, um dos conceitos basilares da obra de Borges. Tempo, para ele, é algo subjetivamente heraclítico, proustiano, diga-se assim. Vale a pena ouvi-lo:

"O tempo é a substância de que sou feito. O tempo é um rio que me arrebatava, mas eu sou o rio; é um tigre que me destroça, mas eu sou o tigre; é um fogo que me consome, mas eu sou o fogo. O mundo, infelizmente, é real; eu, infelizmente, sou Borges." (Ordóñez 2008, p.242)

Estas perspectivas *sincrônica* e *diacrônica* de interpretar os fenômenos, remete à clássica distinção

(que ora se pretende enfatizar) que foi trazida à baila no final do século XIX e no começo do século XX pelos historicistas alemães entre as chamadas "Ciências da Natureza" e "Ciências do Espírito". *Naturwissenschaft und Geisteswissenschaft*. As primeiras, preocupadas com a explicação *Erklären* aplicam-se aos fenômenos físicos e naturais, enquanto as segundas, voltadas à sua compreensão "*Verstehen*", têm as ciências humanas e sociais, a filosofia e as artes como objeto.

Como esclarece Ferrater Mora, a distinção entre essas duas vertentes epistemológicas reside no fato de: "o psíquico, que constitui um reino particular e possui uma forma de realidade distinta da natural, não pode ser objeto de mera explicação." (...) Por outro lado, "Compreender significa, portanto passar de uma exteriorização do espírito à sua vivência originária, isto é, ao conjunto de atos que produzem ou produziram sob as formas mais diversas – gestos, linguagem, objetos da

cultura etc. - a mencionada exteriorização." (Mora, 2000, p.507)

No universo de Borges, o simbólico e o imagético se fundem em figuras, representações, forjadas a partir da sua imaginação e que o conduzem - diga-se assim – a uma espécie de viagem por um território e por um tempo hiper-real. Isso evidencia que, principalmente no terreno da estética, a imaginação não brota no sujeito pensante como uma manifestação do puro entendimento, a exemplo do que pretendiam Descartes e Leibniz, dentre outros, nem, tampouco, como algo puramente psicológico, como insinuava John Locke ao admitir que "nada existe no intelecto que não tenha passado primeiro pelos sentidos." Ela brota na própria "*morada do Ser*", para usar da expressão heideggeriana. Aliás, Jean-Paul Sartre já advertira que: "uma coisa não pode ser dada em nenhuma percepção possível, isto é, em nenhuma consciência possível em geral

como um imanente real." (Sartre, 1978, 124)

Logo, metodologicamente, uma trata dos fenômenos naturais e a outra dos humanos e sociais. Assim no idioma alemão, o termo "Erklären", explicação, significa descobrir o que se encontra encoberto "e pressupõe que se lance luz sobre um determinado objeto com o intuito de decompô-lo, de tornar mais clara a sua estrutura íntima, através de um esmiuçar dos detalhes que lhes são inerentes".

Na abordagem compreensiva "Verstehen", entretanto, os fenômenos se expõem e se abrem a miríades de interpretações. A tônica é a da interdisciplinaridade. Aqui, concorrem e coparticipam da interpretação diferentes tipos de saberes: científicos, sociais, humanísticos, filosóficos e estéticos; e, embora cada um deles propriamente não perca a sua função peculiar, conjuntamente vão encontrar um ponto de convergência - inobstante o território epistemológico a que pertença - para com ele,

integrar-se e se harmonizar ao conjunto, num alegórico abraço multifacetário. É como, diga-se analogicamente, estivéssemos diante de um diamante que, pela sua natureza e valor, não perde o caráter de pedra preciosa, distinta das demais mas que pode ser contemplado sob diferentes perspectivas, de modo que, em cada uma delas, se possa refletir, de acordo com o ângulo de refração da luz, a infinidade de tons que o matizam.

As perplexidades de Borges, suas incertezas, à sua opção pela solidão, e a sua perene insatisfação com o que é sistêmico, estrutural, leva-o a optar pelo espontâneo, pelo inesperado, pelo incerto - matéria prima do que há de mais genuíno na natureza humana. Tais considerações já parecem suficientes para justificar a referência às aludidas distinções metodológicas, as quais evidenciam a inclinação de Borges para uma análise compreensiva e dialógica do real e não para frias e objetivas explicações. A

propósito, Gilberto Freyre, já chamara a atenção para a impossibilidade de reduzir a história humana à sua história natural, porque, dizia ele:

"O humano só pode ser compreendido pelo humano – até onde possa ser compreendido; a compreensão importa em menor ou maior sacrifício da objetividade à subjetividade. Pois, tratando-se de passado humano, há que deixar-se espaço para a dúvida e até para o mistério;" (Freyre, 2004, p.502)

É precisamente nessa perspectiva que Borges interpreta, pelos olhos da imaginação, a realidade. Ela é complexa, historicamente confusa, temporalmente instável, suscetível a uma abordagem dialógica que abre possíveis vias de acesso à sua compreensão nesse paradoxal e enigmático variegado de sentimentos, paixões, emoções e valores que buscam no recôndito da

natureza humana uma forma de inteligibilidade, em um universo, prenhe de riscos, de aventuras de mistérios. Para Borges, essa via, é, nomeadamente, a da imaginação poética.

Em “Sobre a Filosofia e Outros Diálogos”, estão reunidas entrevistas nas quais Osvaldo Ferrari indaga a Borges sobre temas de transcendental relevância para uma melhor compreensão do seu pensamento e obra. Numa delas, intitulada “Sobre os Diálogos”, Borges afirma que, historicamente, foi na Grécia, que o diálogo ganhou uma dimensão excepcional para todo o conhecimento humano, mas, além disso, ele representou também uma respeitável alternativa à intransigência das posições dogmáticas:

“quando Platão inventa o diálogo é como se ele se ramificasse em diversas pessoas, entre elas Górgias também e não somente Sócrates. Seu pensamento se ramifica, no diálogo

se consideram as diversas opiniões possíveis e de alguma maneira se substitui o dogma e a prece também. Ou seja, pensa-se para os temas, abandona-se a interjeição.” (Borges, 2013, pp.87/8)

E referindo-se a sua língua pátria, o Espanhol, Borges faz uma distinção entre o espanhol europeu e o espanhol sul-americano, para ilustrar como tal diferença distingue uma proposta dialógica da dogmática:

“é que o espanhol da Espanha costuma ser dogmático, interjetivo, facilmente queixoso, facilmente indignado. Por outro lado, nós falamos com certa dúvida, sabendo que o que dizemos não é infalível – os espanhóis falam com uma segurança de quem ignora a dúvida – e nós, felizmente a conhecemos, já que a

dúvida é um dos bens mais preciosos do homem. Ou seja, a incerteza é um bem, a insegurança é um bem.”(Borges, 2013, p.88)

Reflexos dessa distinção cultural vão inclusive se irradiar na crítica ao papel do Estado e sua relação com os indivíduos e na diferenciação cultural entre os argentinos, os americanos do norte e os europeus; o Estado é impessoal mas, o argentino só concebe uma relação pessoal :

"Os argentinos, diferentemente dos americanos do Norte e de quase todos os europeus, não se identificam com o Estado. Pode-se atribuir isso à circunstância de que, neste país os governos costumam ser péssimos, ou ao fato geral de que o Estado é uma inconcebível abstração."(Borges, 1996, p.47)

Retomemos, mais uma vez, o sentido de termo imaginação na forma como ele foi concebido por Borges. Ele entende que, só quando o artista é tocado pelo sopro da imaginação estará apto a produzir a sua obra de arte. Ela, a imaginação, é tão essencial à criação artística quanto o oxigênio o é para a preservação da vida. Não há, segundo ele, possibilidade de elaborá-la e, sobretudo, torná-la compreensiva numa perspectiva unidirecional. O caráter genuinamente subjetivo da imaginação faz com que a mente se estiole para visitar regiões inusitadamente misteriosas e belas, deixando que a liberdade flua numa projeção sem limites.

Solange Fernández Ordóñez, na biografia sentimental, "O Olhar de Borges" - por sinal, uma das mais lúcidas e profundas biografias que tive oportunidade de compulsar e que serviu como um precioso roteiro à consecução deste trabalho - relata que Borges, num dos seus colóquios, em Harvard, ao tentar esclarecer

o que significa, para ele, ser escritor, vai à essência do seu conceito de imaginação que, para ele:

"Significa ser fiel à minha imaginação. Quando escrevo algo não o proponho como algo objetivamente verdadeiro (o objetivo é uma trama de circunstâncias e acidentes) e sim como verdadeiro porque é fiel a algo mais profundo. Quando escrevo um relato escrevo-o porque creio nele; não como se crê em algo meramente histórico, mas, de preferência como se crê em um sonho ou em uma ideia." (Ordóñez, 2008, p. 173)

E conclui:

"a imaginação é uma faculdade quase que divina, distinta do pensamento filosófico, fora das relações íntimas e secretas das

coisas e independente de qualquer tentativa de estabelecer analogias entre diferentes acontecimentos do mundo. É, para dizê-lo de uma só vez, o mais misterioso dos dons do ser humano."(Ordonez, 2008, p.173)

De posse dessas reflexões, entendo que não seria descabido, ao final deste trabalho, trazer à tona o problema da relação entre direito e arte, como um possível ancoradouro para um mais apurado entendimento acerca das relações entre ambos; empreendimento que, diga-se de passagem, já vem sendo, há algum tempo, objeto de pesquisas e investigações em várias universidades e centros de pesquisa do mundo. Mas, fazê-lo aqui tem, sobretudo, o propósito específico de verificar se, e em que medida, existe, na obra de Jorge Luis Borges, resíduos que a relacione com o universo do direito.

ALGUMAS NOTAS SOBRE O PANO DE FUNDO FILOSÓFICO E SOCIO-POLÍTICO QUE DEU SUSTENTABILIDADE À OBRA DE JORGE LUIZ BORGES

A filosofia é – entendo – antes de qualquer coisa, uma simpática disposição do espírito, uma natural inclinação em direção à vida e ao mundo. Ela contém, no seu bojo, um misto de curiosidade, mistério, insegurança, angústia. Contudo, a maneira de ver o mundo e com ele se relacionar varia de acordo com as idiossincrasias de cada indivíduo. Jung afirmou que cada indivíduo desenvolve um tipo psicológico do qual resulta um modo próprio de se autoconceber e de compreender o mundo. A tipologia formulada por Jung se apoia - dentre outras características -naquilo que ele intitulou de funções da consciência, às quais, basicamente, se dualizam para formar dois tipos de personalidade: aquela, na qual predomina um caráter

extrovertido, e outra na qual a introversão representa a tônica dominante. Embora, não excludentes, a predominância de uma ou de outra dessas inclinações se reflète na forma como cada indivíduo se relaciona e interpreta o mundo e o outro. Para o extrovertido a consciência é uma janela aberta para o mundo; para o introvertido, prevalece a atitude autoreflexiva, na qual, poder-se-ia figurativamente dizer, a consciência está prioritariamente imersa no obscuro continente em que habita a alma humana. Parece não restar dúvidas de que essa tipologia psicológica, delineada por Jung que resulta na caracterização desses dois *ethos*, ou modos de ser, condiciona as disposições de natureza emocional moral e intelectual dos indivíduos, influenciando, de forma decisiva as suas formulações psicológicas, religiosas e estéticas. Parece, outrossim, bastante claro que, no caso de Borges, estamos lidando com uma personalidade altamente introvertida.

Para melhor compreender o caráter introvertido que perpassa a filosofia da arte de Jorge Luis Borges é oportuno referir à entrevista concedida a Osvaldo Ferrari sob o título de “Inteligência Poética”. Nela, Borges pretende demonstrar como esse tipo de “inteligência” difere das percepções do filósofo e do cientista. Diz ele:

“Sim, imagino que é completamente diferente... por exemplo, eu penso que tudo o que me acontece tem que ser uma espécie de argila para minha obra, mas que não devo procurar palavras que sejam, digamos um espelho da realidade. Tenho que modificar essa realidade de alguma maneira, e essas diversas modificações se chamam fá-bula, se chamam conto, se chamam relato ou também poema, já que eu diria que tudo o que escrevo é

autobiográfico mas nunca de maneira direta, e sim indireta – o que pode ser mais eficaz.” (Borges, 2013, p.211)

No quanto me foi permitido compulsar a obra de Borges, restou-me uma impressão de que, a sua timidez, o seu isolamento na biblioteca do seu pai - da qual ele afirma nunca ter saído - representaram o pano de fundo que encobre o variegado das suas reflexões que oscilam do paradoxo de Zenon, ao infinito mover das figuras do jogo de xadrez; do fascínio pelas formas hexagonais e poligonais a uma visão heraclitiana do movimento e do tempo. Esses seriam alguns dos ingredientes que intervêm na metabolização do seu individualismo, mesclado de tonalidades pessimistas.

Mas, faz sentido também conjecturar que boa parte, do pessimismo de Borges é uma herança das suas leituras de Schopenhauer. Tome-se, por exemplo, como referência o

conhecido aforisma do pensador alemão "O mundo é representação minha", verdadeira introdução à sua obra magna: "O Mundo como Vontade e Representação" e observe-se como ele se harmoniza com o toque subjetivista da obra de Borges. Ainda, outro ponto de interseção, poderia ser extraído da assertiva schopenhaueriana de que "o homem vive abandonado a si mesmo, incerto de tudo, imerso na indigência e no anseio, ameaçado por perigos sempre renovados.". Coincidem, por fim, quanto ao entendimento de que, a única saída para esse labirinto encontra-se na força libertadora da arte.

Reale reforça esse raciocínio afirmando que Schopenhauer estava firmemente convencido de que é pela experiência estética que o indivíduo se liberta das algemas que o prendem à vontade, afastando-o dos seus desejos, para então transformá-lo em um puro olho do mundo que não vê mais objetos em relação, mas ideias, essências, modelos de

coisas, fora do espaço e do tempo causal. (Reale, 1990, pp.224/231)

No seu Ensaio Autobiográfico Borges traça, de forma um tanto alinhavada, o seu percurso existencial. A figura do seu pai, o advogado Jorge Guilherme Borges, discípulo do pensador inglês Herbert Spencer, cujas ideias evolucionistas, direcionadas ao social, representavam a defesa intransigente da liberdade do indivíduo, verdadeira terapia contra a dominação do Estado e seus mecanismos de controle.

Convém, entretanto, salientar que no acervo bibliográfico existente na biblioteca de Borges - o seu natural e verdadeiro habitat - figuram, igualmente, dentre outras, as obras de Platão, e de Empedocles; os fragmentos de Heráclito; os textos de Santo Agostinho e de Shakespeare; este último, devido à sua magistral habilidade de articular o drama, a tragédia, a comédia, exerceu profunda influência no pensamento de Borges, tornando-se, diga-se assim,

uma das forças motivadoras da sua inclinação pela cultura britânica; não se poderia omitir desse acervo, os romances marcadamente pessimistas de Franz Kafka e, *last but not least*, os já referidos escritos de Schopenhauer, todas, contribuições preciosas ao seu patrimônio intelectual.

No universo poético de Borges figuram as obras de Shelley, Keats, Eliot (*The Waste Land*) e, com particular destaque o "Ulisses" de James Joyce; A referência especial a Joyce se deve, sobretudo ao fato de "Ulisses" ter-se tornado a obra *avant garde* do movimento modernista literário e, por essa razão tornou-se um dos fascínios de Borges.

A propósito, Gilberto Freyre (percebe-se - inobstante as diferenças - certas afinidades entre Gilberto e Borges, como, por exemplo: no conservadorismo social e político, na espontaneidade da participação da genuína psicologia dos indivíduos e culturas, libertos dos formalismos institucionalizados, etc.) compara o simbolismo pertur-

bador da obra de Joyce ao de uma catedral gótica em cuja arquitetônica melódica, o estético e o místico se entrelaçam. Nas palavras de Gilberto:

"Dir-se-ia parte da obra formidável que é *Ulisses* uma como reportagem tachygraphica (ipsi literis) de fragrantes mentais. Do muito que se pensa sem ter coragem de dizer. Do muito que é recalcado na coragem de dizer. Do muito que é recalcado na vida mental do homem pelo 'censor' da teoria freudiana. Joyce criou uma espécie de método tachygraphico para apanhar esses flagrantes da vida mental interior. Vida sem olhos e sem boca – porém vida. Vida sem disciplina moral. O 'Carnaval dos Miolos' na frase do Sr. Herbert Gorman. (Freyre, 2009 p.43)

Paralelamente, Borges fez também (segundo a esteira de Schopenhauer) extensas leituras sobre a literatura e as religiões orientais às quais constantemente fez referências, incorporando-as como um perene legado ao seu background intelectual e literário.

Sua mãe, Leonor Acevedo Borges, figura forte de coragem indômita, Borges idolatrou. A maneira fleugmática com que arrostava situações as mais dramáticas e tensas tornaram-no de tal modo dela dependente que tal relação ainda está a merecer mais profundos e percucientes estudos. Eis um episódio por Borges relatado que merece destaque

"Sim, lembro que uma vez recebeu uma ligação, (Da. Leonor) e que uma voz devidamente grosseira e terrorista lhe disse: 'Vou matar você e seu filho' Por que senhor? Respondeu minha mãe, com uma cortesia um pouco

inesperada. 'Porque sou peronista.' Bom, disse minha mãe, meu filho sai de casa todos os dias às dez da manhã. É só esperar e matá-lo. Quanto a mim eu fiz (não me lembro a idade, oitenta e tantos anos); te aconselho a não perder tempo falando ao telefone, porque, se não se apressar, morro antes. Então o outro desligou." (Borges, 2013, pp.183/4)

As dramáticas descrições de Da. Leonor relativas à violência do Caudilho Rosas e sua polícia política, a exemplo do repugnante episódio dos chamados "pêssegos frescos" (cabeças de crioulos decepadas e jogadas na boleia de um caminhão encobertas por uma lona) foram, em boa parte, certamente responsáveis pela caráter arredo de Borges em relação à política. Tanto é assim que uma das críticas mais contundentes a ele direcionada foi a sua

ausência de engajamento político, refletida no distanciamento que a sua obra literária manteve em relação a tais problemas. Característica que é considerada como uma das causas que o obstaram a receber o Premio Nobel de Literatura.

Não menos importante era a intensa e permanente participação da sua mãe na elaboração das suas obras, sobretudo quando, em 1950, Borges perdeu completamente a visão, por força de uma doença hereditária que tinha sua origem genealógica na geração paterna. Daí por diante Da. Leonor tornou-se a própria *longa manus* do poeta, doando-lhe, simbolicamente os olhos, através dos quais se lhe foi facultado dar continuidade à sua produção literária. A sua dedicação a Da. Leonor foi formalmente externada no seu emocionado depoimento, por ocasião da publicação das suas "Obras Completas". Vale a pena ouvi-lo:

"Quero deixar escrito uma confissão que ao mesmo tempo será íntima e geral, já que as coisas que acontecem a um homem acontecem a todos. Estou falando de algo já remoto e perdido, os dias dos meus santos, os mais antigos. Eu recebia os presentes e eu pensava que não pas-sava de um menino e não tinha feito nada, absolutamente nada para merecê-los. Certamente nunca o mencionei; a infância é tímida. Desde então me tens dado tantas coisas e são tantos os anos e as recordações. Pai, Norah, os avós e tua memória e nela a memória dos antepassados {...} tua prisão valorosa, quando tantos homens calávamos {...} as claridades compartilhadas e as sombras, tua fresca anci-anidade, tem amor a Dickens e a Eça de

Queiroz, Mãe, tu mesma. Aqui estamos falando os dois et tout reste est literature, como escreveu com excelente literatura Verlaine."(Ordóñez, 1974, p.163)

O alheamento de Borges das questões políticas ainda permitiria que enxergássemos analogias entre a sua obra literária e o Direito? Vejamos:

Politicamente, Borges parece ter assimilado, como se mencionou, a tradição spenceriana herdada do seu pai, nomeadamente no que concerne ao papel e a função do Estado; instituição que Borges considerava o maior transtorno e a mais incrementemente mazela para os indivíduos; a situação ideal consistiria então em minimizar a interferência do Estado e maximizar o papel e a função dos indivíduos na sua espontaneidade grupal.

"O problema mais urgente da nossa época (já denunciado com profética lucidez

pelo quase esquecido Spencer) é a gradual intromissão do Estado nos atos do indivíduo; (...) Sem esperança e com nostalgia, penso na abstrata possibilidade de um partido que tivesse alguma afinidade com os argentinos; um partido que nos promettesse (digamos) um mínimo rigoroso governo." (Borges, 1996, p.49)

O sentimento da desvalorização do Estado, e a descrença de todo o processo político inclinará o pensamento de Borges, como se pode facilmente inferir, à minimização do papel e da importância do próprio Direito. Um dos sintomas desse descrédito é o modo pejorativo como Borges se refere aos políticos. Confira-se esse seu sentimento através das suas próprias palavras:

"Em primeiro lugar não são homens éticos; são homens que contraíram o

hábito de mentir, o hábito de subornar, o hábito de sorrir o tempo todo, o hábito de agradar todo mundo, o hábito da popularidade(...)A profissão dos políticos é mentir(...) o político deve fingir o tempo todo, deve sorrir, simular cortesia, deve submeter-se melancolicamente aos coquetéis, às cerimônias oficiais, aos feriados nacionais."(Borges, 1995, pp132/3)

E, em relação ao seu conceito de se ser ético - o avesso do político, como acima descrito - Borges considera-o como uma responsabilidade individual, íntima, afim ao imperativo categórico de Kant:

"Creio que se cada um de nós pensasse em ser ético, e se esforçasse a sê-lo, já teríamos feito bastante; pois ao final das contas a soma dos

comportamentos depende de cada indivíduo." (Borges, 1999, p.157)

Em virtude dessa enfática valorização do indivíduo, "Penso que só existem indivíduos, tudo mais são comodidades intelectuais", associada a sua visão caricatural e negativista, acerca do Estado, da Política e, por consequência do Direito, Borges considerava-se um anarquista pacífico. Como ele fez questão de consignar:

"Sou um anarquista. Sempre acreditei fervorosamente na anarquia. E nisso sigo as ideias de meu pai. Ou seja, sou contra governos – especialmente as ditaduras – e contra os estados."(Borges, 1971, p.43)

Em síntese, o que se infere dessas ideias de Borges acerca da ética é que, sendo ela exclusivamente responsável pelo exercício da reta conduta e desde que a sua

origem encontra-se na interioridade do sujeito, então ela é a própria condição de possibilidade da existência de uma ética coletiva, enquanto esta, nada mais é a não ser uma mera ampliação da própria ética individual. As consequências dessas ilações para a concepção borgeana de Direito e de Estado, prescindem de maiores comentários.

No que concerne as formas de governo e, em particular, a democracia, Borges também manifesta um considerável ceticismo:

"Suspeito que a forma de governo seja muito pouco importante e o que importa seja o país. Suponhamos que houvesse uma monarquia na Suíça: as coisas não se alterariam significativamente; possivelmente nada mudaria. Pois as pessoas continuam sendo as mesmas. Portanto, não creio que uma determinada forma de governo seja

uma panaceia. Talvez atribuamos atualmente importância demais às formas de governo, e talvez as pessoas sejam mais importantes."(Borges, 1996, p. 119)

Estas palavras não deixam de corresponder a um eco que, *modus in rebus*, encontra reforço nas reflexões de Spencer acerca da ineficácia de mudanças na forma de governo que desprezam a liberdade econômica dos cidadãos.

Adepto do evolucionismo darwiniano, Spencer, entretanto, diferentemente de um evolucionismo mais rigoroso, limitado, apenas, à sobrevivência do mais forte, concebe a evolução e o seu curso ao longo de todo o universo, como uma passagem do homogêneo para o heterogêneo; isso valeria a dizer que, na hipótese da espécie humana há uma natural continuidade entre os indivíduos enquanto vivendo em estágio primitivo e os grupos sociais que vão

ingressando no estágio civilizatório sem que isso signifique uma ruptura radical com suas espontâneas raízes. Nesse sentido, a intervenção centralizada do Estado, atrelado ao processo de industrialização e suas conexões com as forças produtivas, tornar-se-ia um pernicioso impedimento à harmonia que deveria presidir esse genuíno ritual de passagem. Tais ideias, pelo visto, parece ter encontrado uma nítida sintonia com as concepções de Borges.

"En passant", periodizando-se o tempo social e político em que as reflexões de Borges foram gestadas e o contexto sócio-político que predominava na história brasileira nesse mesmo período, é possível estabelecer certas analogias entre eles. Tome-se, como referência, por exemplo, a obra de Euclides da Cunha, "Os Sertões". Ao relatar a Campanha de Canudos, Euclides considerava Antonio Conselheiro e seus seguidores como uma comunidade espontânea, enriquecida por uma natural e genuína

inteligência e coragem. Euclides entendia que tais características representavam o que havia de mais autêntico e nobre no nosso caráter nacional: "O sertanejo é antes de tudo um forte!", dizia ele. E isso certamente se devia sobretudo ao fato de que essa comunidade – à luz da sua interpretação - ainda não fora intoxicada pelo progresso técnico-industrial. Mas, o que é trágico é que sua dizimação pelas forças militares do Estado autoritário brasileiro representou um triste retrato da obsessão estatal, cujo intuito era o de suprimir do cenário cultural essa preciosa tradição autóctone. Aqui, vale ainda assinalar, observa-se a presença de resíduos tardios de influências românticas, caracterizado por uma espécie de apelo ao indivíduo rousseauriano, puro, simplesmente feliz, completamente imerso na sua natureza, no seu "*habitat*".

Essa herança também encontra eco na obra de um Gilberto Freyre, sobretudo em "Casa Grande Senzala", um estudo das origens patriarcais no período

colonial brasileiro. Tais obras representam, por conseguinte, uma contrafação ao decantado progresso linearmente ordenado e inspirado nas raízes da filosofia positivista e suas implicações racistas, tão bem ilustradas pela pena do baiano Nina Rodrigues.

Na obra "Sobre a Filosofia e Outros Diálogos" há uma entrevista sob o título: "A Ética e a Cultura", em que Borges, nesse mesmo diapasão, reitera a relevância da "cultura rudimentar", aludindo à obra de Domingos Sarmiento "Facundo – Civilização e Barbárie": "a moral" diz ele "consiste em que essa cultura rudimentar tem que ser salva da barbárie." (Borges, 2013 p.109)

Conclui-se, trazendo a baila algumas reflexões que, nesse curto espaço de tempo, foi possível alinhar, na busca de uma possível articulação entre a obra poético-literária de Jorge Luiz Borges e o Direito.

Para fazê-lo, partir-se-á de um paradigma que pretende articular a teoria e a

prática do Direito à História. Trata-se do conhecido aforisma do filósofo do direito e Juiz da Suprema Corte dos Estados Unidos, Oliver Wendell Holmes Jr. na sua obra "The Common Law". Segundo Holmes "A vida do direito não tem sido a lógica, mas a experiência". Homes, como se sabe, considerava, à luz desse pressuposto, que o direito formal, deveria ser acionado apenas através da análise das consequências que historicamente se sucedem ao aparecimento de um determinado problema e não como um instrumento apriorístico, uma força causal reguladora e genérica que, através de uma lógica silogística, pudesse antecipar e dirimir circunstâncias e efeitos que ocorrem a posteriori. Nenhum princípio geral é capaz de solucionar casos particulares, dizia ele. Logo, a lei está atrás do tempo, a reboque da cultura. Como a lei incorpora crenças que são traduzidas em ações – continua - enquanto ainda houver dúvidas, enquanto convicções opostas ainda se

mantenham em disputa umas contra as outras o tempo da lei ainda não chegou. Errado é o Juiz – conclui - que nutre consciente ou inconscientemente simpatias prematuras por um ou outro lado da contenda, baseado simplesmente na lei. Literalmente, o texto original é o que se segue:

"It cannot be helped, it is as it should be, that the law is behind the times. As law embodies beliefs that have translated themselves into action, while there still is doubt, while opposite convictions still keep a battle front against each other, the time for law has not come; the notion destined to prevail is not yet entitled to the field. It is a misfortune if a judge reads his conscious or unconscious sympathy with one side or the other prematurely into the law, and forgets that what seems to him to be first

principles are believed by half fellow men to be wrong." (Holmes, 1992 p.168)

Será que a ideia do Direito para Borges, não estaria, numa certa medida, associada à tradição britânica que lhe foi tão cara, inclusive sob esse aspecto de que o Direito é um produto da história e, como tal, está articulado à tradição e aos valores da cultura, valores em que, prioritariamente, prevalece o respeito à individualidade como um pressuposto da própria cidadania? Não haveria por traz desse apriorismo da lei, a que Holmes criticamente se refere, uma forma irreverente e refratária de desconsiderar certos princípios que nascem ali mesmo onde a aludida espontaneidade e a simplicidade do viver coletivo têm origem? Não se estaria, portanto, reversamente, diante do Estado-Leviatã que, de modo soberano e em nome de uma pretensa segurança coletiva, tentaria sub-repticiamente desfigurar os cidadãos, atribuindo-lhes, embora sob novas vestes, o ve-

tusto formato de súditos, tudo isso, obviamente, as expensas do moderno Estado capitalista e industrial?

Se tais indagações são pertinentes, seria possível admitir que a obra literária de Borges simbolicamente representou uma crítica ao legalismo e ao positivismo estatais, mercê da sua caracterizada revelia aos valores espontâneos da cultura. Aceita, então, a veracidade dessa hipótese, é igualmente razoável conjecturar que, sob certos aspectos, o desiderato inicialmente proposto por esse Seminário tornou-se viável, a saber: encontrar possíveis conexões entre a aludida obra e o Direito. Francamente, acho isso plausível, entretanto – reitero - trata-se, apenas de uma mera conjectura!

Referências

- ALIFANO, Roberto "El Humor de Borges, Buenos". Aires, 1995,pp.132/3)
BORGES Jorge Luiz "O Nosso Pobre Individualismo" in, "Outras | Inquisições" Companhia das Letras, São Paulo, 1996, p.47

BORGES Jorge Luiz,
(Entrevista) Revista Semana
Gráfica, Março, Buenos
Aires, 1971, p. 43
BORGES, Jorge Luiz "Siete
Conversaciones", El Ateneo,
Buenos Aires, 1996, p.119
BORGES, Jorge Luiz "A
Biblioteca de Babel" in
"Ficções", Editora Globo,
São Paulo 1999, pp 2/4
BORGES, Jorge Luiz
"Diálogos Inéditos" Editora
Sudamericana Buenos Aires,
1999 p. 157
BORGES, Jorge Luiz;
FERRARI, Osvaldo "Sobre a
Filosofia e Outros Ensaios"
Editora Hedra Ltda, São
Paulo, 2013, p. 87/8
BORGES, Jorge Luiz;
FERRARI, Osvaldo,
"Inteligência Poética" in
"Sobre a Filosofia e Outros
Diálogos" op. cit. p.211.
FREYRE, Gilberto
"Sobrados e Mucambos

"Global Editora,São Paulo,
2004, p.502
HOLMES, Oliver Wendell:
Speech at a dinner of Harvard
Law school Association, new
York, 1913, in "The Occa-
sional Speeches of justice
Oliver wendell holmes, Cam-
bridge, mass. belknap press,
1992, p. 168
MORA, Ferrater " Dicionário
de Filosofia" Vol I Edit.
Loyola, São Paulo, 2000,
p.507
ORDÓNÊZ, Solange
Fernandez "O Olhar de
Borges" Ed. Autêntica, Belo
Horizonte, 2008, p.97/8
REALE Giovanni "História
da Filosofia Vol. III Edições
Paulinas, São Paulo, 1990,
pp.224/231
SARTRE, Jean-Paul "A
Imaginação", in "Os
Pensadores" Abril Cultural,
São Paulo, 1978, p.124